



# Segurança nas **ESCOLAS**

## **Em busca de uma cultura de paz**

Fórum Técnico buscou contribuições da sociedade para solucionar o problema da violência nas escolas

Fernando Affonseca  
Jornalista da ALMG



O Fórum Técnico Segurança nas Escolas teve uma etapa de interiorização, com encontros regionais realizados em seis cidades, como Juiz de Fora

Belo Horizonte, 7 de dezembro de 2010. No final da tarde, o professor de educação física da Faculdade Izabela Hendrix Kássio Vinícius Castro Gomes é surpreendido dentro da instituição por seu aluno Amilton Loyola, de 23 anos, insatisfeito com uma avaliação. Sem qualquer chance de defesa, Kássio é esfaqueado no peito e no pescoço diante de vários estudantes e morre na hora, deixando esposa e dois filhos.

Rio de Janeiro, 7 de abril de 2011. Por volta das 8h30, Wellington Menezes de Oliveira, 23 anos, entra pela porta da frente da Escola Municipal Tasso da Silveira, no bairro de Realengo, armado com dois revólveres, e começa a disparar aleatoriamente contra os estudantes, matando 12 deles. Ao se ver cercado pelos policiais que chegaram minutos

depois, Wellington se suicida. Em um vídeo gravado poucos dias antes, o atorador tenta explicar a chacina como um ato em defesa das vítimas de *bullying*.

Episódios como esses são expoentes de uma realidade que, nos últimos anos, vem sendo motivo de grande preocupação por parte de educadores, gestores públicos e pesquisadores: a violência no ambiente escolar. Depredações, furtos e agressões físicas contra alunos e professores tornaram-se cada vez mais frequentes dentro e nas imediações das instituições de ensino, vitimando também a comunidade.

Obviamente, não se trata de uma realidade dissociada da que é vivida por toda a população. A violência está presente no trânsito, nos estádios, nos bares, nos eventos públicos e até nas

residências. Mas quando ocorre uma tragédia como a da escola em Realengo ou a da Faculdade Izabela Hendrix, é automático o desassossego da sociedade, em particular dos profissionais e entidades ligados ao ambiente educacional. E foi exatamente esse sentimento de perplexidade que mobilizou deputados da Assembleia Legislativa de Minas Gerais na busca de um amplo debate com o objetivo de encontrar formas de evitar que o universo escolar seja dominado pelo medo e pela insegurança de educadores, estudantes e familiares.

**Ação governamental** – Com o apoio de 77 entidades, a Assembleia promoveu entre 4 e 6 de outubro de 2011 o Fórum Técnico *Segurança nas Escolas – Por uma cultura de paz*. O evento foi

realizado a pedido das Comissões de Segurança Pública e de Educação, Ciência e Tecnologia e buscou, em linhas gerais, debater as causas do problema e elaborar propostas de ação governamental em três áreas: diagnóstico da violência no ambiente escolar; integração de ações e programas; e prevenção e combate à violência escolar.

“Foi um olhar importante sobre algo com que não tínhamos muita preocupação até então. A escola era sempre um lugar que a gente imaginava ser muito tranquilo. E o que nós vimos é que há hoje, infelizmente, uma disputa muito forte dentro das escolas”, afirma o presidente da Comissão de Segurança Pública, deputado João Leite (PSDB). Ele cita o crescimento dos casos de agressões a professores e a formação de gangues dentro e fora das escolas, provocando muita insegurança no ambiente escolar.

Uma das premissas básicas para a realização do evento foi a de que as propostas discutidas refletissem as preocupações e demandas de todo o Estado. Por isso, seis encontros regionais prévios foram organizados, entre junho e setembro de 2011, nas cidades de Araxá (Alto Paranaíba), Contagem (Região Metropolitana de Belo Horizonte), Janaúba (Norte de Minas), Juiz de Fora (Zona da Mata), Varginha (Sul de Minas) e Teófilo Otoni (Vale do Mucuri).

A participação média em cada uma das seis cidades foi de 350 pessoas. Mais de 100 propostas aprovadas nesses encontros foram submetidas a discussão e votação na etapa final do fórum técnico em Belo Horizonte, resultando num documento com 30 propostas para aumentar a segurança nas escolas do Estado. Nada menos que 600 pessoas participaram dos debates em Plenário e dos grupos de trabalho que sistematizaram as propostas aprovadas. No total,

o fórum técnico contou a presença de quase 2.700 pessoas.

Na opinião do presidente da Comissão de Educação, deputado Bosco (PTdoB), o resultado do evento “será conhecido e reconhecido pelos mineiros com o passar do tempo”. Ele acredita que, após a total implementação das sugestões e dos programas governamentais de combate à violência nas escolas, será possível transformar o ambiente escolar em um espaço de defesa permanente dos direitos da criança e do adolescente.

Para o deputado João Leite, o fórum técnico não esgota a discussão sobre o tema, que deve permanecer na pauta da ALMG ao longo dos próximos meses e anos. O parlamentar comemora o fato de o evento ter oferecido “muitos subsídios e informações para a própria polícia e para a Secretaria de Estado de Educação”. Ele ressalta que ficou muito marcada entre os participantes a necessidade urgente de se promover a cultura de paz nas escolas.

## Propostas foram incorporadas ao PPAG

Após o Fórum Técnico *Segurança nas Escolas*, foi criada uma comissão de representação para acompanhar o desdobramento das propostas aprovadas na plenária final. Formada por 28 entidades e três representantes inscritos individualmente, o grupo elaborou uma espécie de síntese, tentando contemplar o maior número possível de sugestões constantes do documento final.

A relatora do grupo, Arlete Hirle Gonçalves Lages, que ocupa o cargo de supervisora educacional na Superintendência Regional de Ensino Me-

tropolitana A (Belo Horizonte), explica que o objetivo dessa aglutinação foi viabilizar a inclusão das propostas no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) 2012-2015. Uma nova revisão do documento, a partir de negociações com o Poder Executivo, resultou em um programa com duas ações centrais, que finalmente foram contempladas pelo PPAG, aprovado pela Assembleia em 16 de dezembro de 2011.

Esse programa consiste na formação de uma rede de apoio a políticas públicas voltadas para a capacitação e promoção de uma cultura de paz nas escolas. A cargo da Secretaria de Estado de Educação, o programa terá o objetivo de “desenvolver, em parceria com representantes de órgãos públicos e de organizações civis, ações voltadas à prevenção da violência no ambiente escolar e à promoção da cultura de paz nas escolas”.

A primeira ação, intitulada “Convivência na Diversidade”, terá recursos anuais de R\$ 180 mil para promover a discussão na comunidade escolar sobre a diversidade no ambiente da escola, enfatizando a necessidade de se “reconhecerem e respeitarem as peculiaridades de cada segmento, em suas características físicas, étnicas, socioculturais, etárias e de gênero”.

A segunda ação terá em 2012 R\$ 320 mil aplicados na capacitação de 5 mil profissionais, a respeito do tema “segurança nas escolas”, principalmente em relação à mediação de conflitos, “bem como sobre as bases legais e o sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente”. Entre 2013 e 2015, essa ação contará anualmente com R\$ 640 mil para a capacitação de 10 mil profissionais.

A comissão de representação criada no Fórum Técnico se comprometeu não apenas a acompanhar, mas prin-

QUADRO 1

Presença no Fórum Técnico *Segurança nas Escolas*, por encontro regional

Cidade	Número de inscrições	Presenças ( *)
Juiz de Fora	174	422
Janaúba	294	497
Varginha	151	295
Contagem	124	215
Araxá	205	497
Teófilo Otoni	92	170
Belo Horizonte (etapa final)	517	600
TOTAL	1.557	2.696

(\*) Número aproximado

Fonte: Gerência de Projetos Institucionais da ALMG

principalmente cobrar a implementação das medidas propostas. Afinal, elas são fruto de um acordo entre Poder Executivo, Assembleia e sociedade civil. O defensor público e coordenador da comissão, Wellerson Eduardo da Silva Corrêa, explica que as ações do grupo estão focadas na proteção da criança e do adolescente. Segundo ele, a comissão está determinada a fazer cumprir as ações previstas no PPAG. “Vamos ser muito insistentes”, garante Arlete Hirle.

Mas os frutos do Fórum Técnico não se limitaram às ações previstas pelo PPAG. Todas as propostas apresentadas foram analisadas pela Comissão de Participação Popular. As que foram aprovadas transformaram-se em propostas de ação legislativa, que se desdobraram em emendas ao próprio PPAG ou em requerimentos aos órgãos responsáveis. Essa listagem foi entregue pela Gerência-Geral de Projetos Institucionais da Assembleia à comissão de representação, que pretende também fazer o acompanhamento corpo a corpo de seus desdobramentos.

## Discussões evidenciam necessidade de rede de proteção integrada

As discussões do Fórum Técnico *Segurança nas Escolas* evidenciaram o consenso em relação à importância de se combater a violência de forma integrada. Essa rede de proteção ao ambiente escolar envolve os setores de saúde, educação, assistência social, defesa social e justiça. Para o deputado Bosco, um dos grandes méritos do evento foi a oportunidade de promover a interlocução entre todos os atores educacionais: pais, professores, alunos e órgãos de segurança, “identificando as causas que conduzem à violência no ambiente escolar e quais são as formas de combatê-la”.

Opinião semelhante tem o doutor em psicologia e professor da UFMG Walter Ernesto Ude, um dos palestrantes do

evento. “Acreditar que a escola, sozinha, consegue resolver esse problema é uma conversa simplificada e falida. A escola precisa fugir desse isolamento e se interligar a outras instituições”, analisa. A defensora pública e integrante do Fórum pela Paz Escolar (Forpaz), Roberta de Mesquita Ribeiro, também defende essa articulação, criticando o fato de que muitas famílias transferiram as responsabilidades que são suas para as escolas, deixando-as isoladas no processo de educação de crianças e jovens.

Para Arlete Hirle, a rede de prevenção e combate à violência no ambiente escolar passa não só pelo policiamento. Ela destaca a necessidade de atendimento por assistentes sociais e psicólogos a crianças e adolescentes que vivem em áreas de risco social. “Conflitos que existem nessas comunidades são geradores da violência”, diz a educadora, citando o tráfico de drogas, a desestruturação das famílias e o próprio ambiente de exclusão como detonadores da agressividade por parte desses jovens.



Quase 2.700 pessoas participaram da etapa final do Fórum Técnico Segurança nas Escolas



O documento final do Fórum Técnico *Segurança nas Escolas* continha propostas que foram incorporadas ao Plano Plurianual de Ação Governamental

## Violência nas escolas diminuiu em 2011

Em 2011, segundo dados da Secretaria de Estado de Defesa Social (Seds), foram registradas nas escolas públicas e privadas da Capital mineira 174 ocorrências de crimes contra a pessoa (agressões e ameaças) e 201 de crimes contra o patrimônio (furtos, roubos e depredações). Em comparação com o ano anterior, os números são menores – 250 e 246, respectivamente. Nas outras cidades da Região Metropolitana, houve, em 2011, 67 crimes contra a pessoa e 69 contra o patrimônio, informa a Seds, quantidades também inferiores às registradas em 2010.

A chefe de gabinete da Secretaria de Estado de Educação e coordenadora do Grupo de Trabalho Intersetorial de Enfrentamento das Condições Geradoras da Violência Escolar do Governo de Minas Gerais, Maria Sueli de Oliveira Pires, citou, durante a etapa final do fórum técnico, em Belo Horizonte, 16 programas em atividade no Estado, entre os quais: o “Fica Vivo”, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social; o “Patrulha Escolar”, da Polícia Militar de Minas Gerais; e o “Escola Viva”, da Secretaria de Estado de Educação, que atende a 504 instituições de ensino. Segundo ela, existe a previsão de ampliação desses programas.

Em relação a uma demanda aprovada no fórum, a de instalação de detectores de metais e câmaras de vigilância

nas unidades, Maria Sueli mostrou a posição contrária da secretaria: “Não queremos transformar as escolas em presídios”. Para ela, as instituições educacionais precisam estar constantemente abertas às comunidades em que estão inseridas. “Os esforços precisam ser pelo diálogo”, destacou. Apesar disso, ela citou que o governo tem atendido a alguns pedidos para instalação de equipamentos de segurança em escolas, mas avalia os casos em que a medida é realmente necessária. O deputado João Leite não descartou a implementação generalizada dessas medidas, mas ponderou que elas dependem de conversações futuras com o Poder Executivo, pois demandam recursos tanto para instalar quanto para manter esses equipamentos em funcionamento.